

MAÍLSON: SEM DINHEIRO NOVO, VOLTA A MORATÓRIA.

O Brasil paga os juros de março da dívida externa, mas abril já é problema, diz o ministro.

O ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, disse ontem no Rio que o Brasil vai pagar os juros da dívida externa correspondentes a março, tal como fez em relação a janeiro e fevereiro deste ano, mas suspenderá o pagamento se não obtiver um acordo com os credores até o final deste mês. "O Brasil não levantou formalmente a moratória", disse Maílson. "Estamos dispostos a pagar março. Se não chegarmos a um acordo, em abril não continuaremos a pagar."

O ministro fez essas afirmações em entrevista logo após almoçar com os membros da Associação dos Correspondentes Estrangeiros na Confederação Nacional de Comércio. Durante o almoço, segundo um dos participantes, Maílson da Nóbrega manifestou sua preocupação com o nível das reservas do país caso não consiga dinheiro novo por parte dos bancos. Segundo informou, também uma equipe conjunta da Fazenda e da Sepplan continua trabalhando no programa a ser apresentado ao Fundo Monetário Internacional como parte da estratégia de normalização das relações do país com o sistema financeiro internacional.

O jornalista norte-americano Mac Margulie, da revista **Newsweek**, revelou que no almoço pouco se falou de política econômica interna, mas o ministro da Fazenda acentuou não cogitar da aplicação de um novo choque. Na sua opinião, com base nas experiências anteriores, "um terceiro choque não duraria nem um mês".

Aos jornalistas brasileiros, Maílson voltou a negar a possibili-



Maílson: preocupado com o nível da reserva do País.

dade de congelamento da URP. "Há um mal entendido", disse ele. "Depois daquela proposta, estámos meramente procurando alternativas que permitam ao governo situar as despesas de pessoal em nível adequado à capacidade de pagamento do Tesouro. Não há a intenção de reduzir salários — es-

pecialmente no setor público —, mas a de encontrar fórmulas para reduzir a despesa pública."

Ele também deixou claro que o governo não tenciona adotar o redutor de preços e salários proposto pelo ex-ministro Mário Simonsen. Na análise de Maílson, a proposta apresenta vantagens,

mas pode criar dificuldades financeiras e jurídicas.

Por fim, o ministro respondeu ao sindicalista Joaquim Andrade, que diz ter audiência marcada há três meses sem ser recebido. "Vou recebê-lo. Tem muita gente na fila para falar comigo, inclusive minha mulher."

Reação

A ameaça de volta à moratória feita por Maílson repercutiu ontem mesmo, no Rio, com o alerta de seu colega José Hugo Castelo Branco, ministro da Indústria e do Comércio: "O Brasil não deve se retirar do mercado financeiro internacional, na medida em que é um país que necessita de recursos externos da ordem de US\$ 7 bilhões ao ano para financiar seu desenvolvimento econômico a nível das suas necessidades sociais."

Mas Castelo Branco ressaltou que o Brasil deve limitar o pagamento dos juros da dívida às necessidades mínimas de investimentos. "Se não investirmos o necessário para o País crescer de 6 a 7% ao ano, não poderemos abrigar e dar empregos novos a 1,5 milhão de pessoas que se apresentam ao mercado de trabalho." Segundo ele, cumprida a necessidade de investimento, o excesso dos recursos deve ser utilizado no pagamento da dívida. "Se não fizermos isso, ficamos sem investir no nosso desenvolvimento e sem pagar os juros, porque acaba a capacidade da indústria brasileira, que fica sucateada, eliminando o acesso ao mercado financeiro internacional."

Agência Extra